

A ajuda alimentar internacional dos EUA: política externa, interesses econômicos e assistência humanitária¹

U.S. international food aid: foreign policy, economic interests and humanitarian assistance

Thiago Lima

Docente do Departamento de Relações Internacionais na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) / Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU) e do Grupo de Pesquisa sobre Fome e Relações Internacionais da UFPB (FomeRI)

E-mail: thiagolima3@gmail.com

Atos Dias

Mestrando em Gestão Pública e Cooperação Internacional na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) / Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU) e do Grupo de Pesquisa sobre Fome e Relações Internacionais da UFPB (FomeRI)

E-mail: atosrabi@gmail.com

Resumo: Em 2014 o programa de ajuda alimentar dos EUA completou 60 anos. O presente artigo examina diversas dimensões da experiência sexagenária que evidenciam o caráter político, econômico e humanitário dos alimentos. O artigo se inicia com uma breve revisão histórica da política de ajuda alimentar estadunidense e posteriormente aborda o debate sobre aquela política no século XXI, destacando o esforço reformista dos presidentes Bush e Obama. Por fim, examinam-se os limites das demandas presidenciais a partir da lógica do ‘triângulo de ferro’, que vincula empresários, ONG e legisladores.

Palavras-Chave: ajuda alimentar; política externa dos Estados Unidos; triângulo de ferro

Abstract: In 2014 the U.S. food aid program completed 60 years. The present article examines some dimensions of this sexagenarian experience that evidence the political, economic and humanitarian characters of food. The paper begins with a brief historical review of the U.S. food aid policy, and then approaches the debate about that policy in the 21st century, stressing the reform efforts of Presidents Bush and Obama. It then examines the limits to the presidential demands through the logic of the ‘iron triangle’, which links businesses, NGOs and legislators.

Keywords: food aid; U.S. foreign policy; iron triangle

¹ Esta pesquisa contou com apoio financeiro do INCT-INEU.

1. Introdução

A ajuda alimentar internacional é uma importante ferramenta de combate à fome. Considerando que cerca de 795 milhões de pessoas sofrem de fome crônica, a atividade exerce um papel fundamental no que diz respeito à mitigação deste flagelo (FAO, 2015).

No plano internacional, a ajuda alimentar começou a ser institucionalizada na década de 1950. Como em outros regimes do Pós II Guerra, coube aos EUA o papel de principal arquiteto e contribuinte. Afinal, aproximadamente 90% da ajuda alimentar internacional era produzida e fornecida pelos EUA. O país foi o primeiro a adotar programas regulares de auxílio alimentar internacional, a partir de 1954, com a aprovação pelo Congresso da Public Law 480, normalmente referida como PL480, posteriormente chamada de Alimentos para Paz. Passados 60 anos, os EUA ainda têm importante papel na ajuda alimentar internacional e são, de longe, o maior doador de recursos voltados a esse fim. Cerca de 40% dos alimentos que compõem as operações do Programa Mundial de Alimentos (PMA)² da ONU são estadunidenses.

A política de ajuda alimentar norte-americana, contudo, tem sido alvo de críticas desde seus primórdios. Elas estão ligadas a pelo menos 3 fatos. 1) Por ter sido idealizada como uma forma de escoar gigantescos excedentes de grãos e de criar novos mercados, e não necessariamente como um instrumento de assistência humanitária. 2) Por ser usada em muitos casos como ferramenta de política externa, voltada a objetivos estratégicos, sobretudo no contexto da Guerra Fria. 3) Por ser altamente ineficiente e custosa do ponto de vista administrativo.

Essas práticas têm sido atacadas ao longo dos anos pela crítica especializada, doméstica e internacional. A comunidade epistêmica transnacional engajada no tema sustenta com elevado

² O PMA é a maior agência humanitária de combate à fome do mundo. Ela foi criada em 1961, no âmbito da ONU e da FAO. Em 2014 ela concedeu assistência alimentar a cerca de 80 milhões de pessoas em 82 países. Os Estados Unidos é, historicamente, o principal doador para a instituição, e foi responsável, no mesmo ano, por 42% do financiamento ao Programa (WFP, 2014).

grau de consenso que é preciso realizar reformas (Clay e Stokke, 2000; Clay e Riley, 2005; Clapp, 2012). Nos anos 2000, funcionários da própria United States Agency for International Development (USAID) apontaram a necessidade de mudanças. Os próprios presidentes George W. Bush e Barack Obama, incorporaram a posição dos críticos, mas não foram capazes de superar os bloqueios erguidos por legisladores e grupos de interesse.

O artigo busca contribuir para a compreensão das diversas dimensões da política de ajuda alimentar dos EUA. O exame da experiência sexagenária evidencia o caráter político, econômico e humanitário dos alimentos. A experiência dos EUA é também útil para subsidiar avaliações sobre o Brasil, que tem buscado se firmar como um líder na agenda de segurança alimentar internacional.

O artigo se inicia com uma breve revisão dos 60 anos da política de ajuda alimentar dos EUA. Posteriormente abordamos o debate sobre a política de ajuda alimentar nos anos 2000, destacando o esforço reformista dos presidentes Bush e Obama – Republicano e Democrata³. Por fim, examinamos os limites das demandas presidenciais a partir da lógica do ‘triângulo de ferro’ que vincula empresários, ONG e legisladores e apontamos sinais de mudanças.

2. A ajuda alimentar e a política externa dos EUA: um breve histórico

Em 2014 os programas regulares de ajuda alimentar⁴ dos EUA, que tiveram origem com a aprovação da PL480, completam 60 anos. O auxílio alimentar norte-americano ao exterior, contudo, possui antecedentes já no século XIX. Teria se iniciado em 1812, quando o Presidente James Madison enviou ajuda emergencial para as vítimas de um terremoto na Venezuela. No mesmo século, a ajuda também foi enviada para a Irlanda como resposta à fome da época. No início do século XX algumas operações de ajuda ocorreram, como a realizada nos anos 1920, quando o Presidente Herbert Hoover dispendeu programas de alimentação para a Rússia. Nas I e II Guerras Mundiais os esforços dos EUA se tornam mais sistemáticos e relevantes ao

³ Por não ser um trabalho estritamente de *foreign policy analysis*, não nos aprofundamos nas dinâmicas e relações de poder em torno da mudança legislativa, o que demandaria um artigo especificamente para esse fim.

⁴ Os termos ajuda e assistência alimentar significam tipos diferentes de auxílio, conforme o jargão internacional. O primeiro normalmente corresponde ao auxílio fornecido com os alimentos em espécie, enquanto o segundo é utilizado para designar programas que atuam sobre outras causas da fome, como a falta de renda e a baixa produtividade agrícola.

fornecerem alívio à carestia da Europa, além de sustentarem muitas tropas (George, 1978; Portillo, 1987; Ruttan, 1993; USAID, 2004).

Apesar do componente humanitário, as ajudas foram alvo de críticas. À Venezuela, por exemplo, teria sido “um instrumento econômico a serviço de um objetivo político – no caso, o apoio para uma revolta (fracassada) contra a Espanha” (George 1978: 182). Na I Guerra Mundial, os ainda não-beligerantes EUA despachavam alimentos tanto para o leste quanto para o oeste, mudando esse cenário apenas quando se alinhou aos Aliados, tornando “difícil saber se foram os seus soldados ou o seu trigo que mais contribuíram para a vitória final” (Ibidem). No Entre Guerras, os EUA iniciaram programas de ajuda alimentar para os países vencidos que ainda possuíam reservas de ouro, pois ainda dispunham de cerca de 18 milhões de toneladas de excedentes de trigo, que eram vendidas a preço mais baixo (George, 1978; Ruttan, 1993).

Em 1947 os EUA lançaram o Plano Marshall, que dispendeu 29% do total de US\$ 13,5 bilhões em forma de alimentos, rações e fertilizantes entre 1948 e 1952, no intuito de fortalecer a segurança alimentar e reconstruir a agricultura. Isso foi feito mesmo com o custo de prejudicar as exportações agrícolas puramente comerciais para o continente europeu – principalmente as de trigo – pois, para fomentar a competitividade agrícola no velho continente era preciso tolerar as barreiras do que viria a se tornar, em 1962, a Política Agrícola Comum (PAC) (Friedmann, 1982; Clapp, 2012).

Em meados dos anos 1950 a Europa já havia praticamente sido reconstruída e era novamente um parceiro comercial para os EUA. Contudo, a pressão da acumulação de excedentes agrícolas, sobretudo de trigo, ainda continuava um problema para os EUA. Conciliando a necessidade de escoamento de excedentes, a ambição por abertura de mercados no exterior e a preocupação crescente referente à ajuda alimentar, os EUA, durante a administração do Presidente Dwight D. Eisenhower, aprovaram a chamada PL480, ou Agricultural Trade Development and Assistance Act of 1954 (mais tarde renomeado Programa Alimentos para a Paz) (Friedmann, 1982; Hopkins, 1984). De acordo com Eisenhower, o propósito da lei era “*lay the basis for a permanent expansion of our exports of agricultural products with lasting benefits*

to ourselves and peoples of other lands” (USAID, 2004). Deste modo, a ajuda dos EUA foi direcionada para o Terceiro Mundo e para o Japão⁵ (Friedmann e McMichael, 1989).

Nos dois primeiros anos do Programa o total de trigo exportado subiu em 45%, e as vendas, através da PL480, subiram, em geral, de 27% para 42% (Friedmann, 1982). Eisenhower chegou a declarar, com extrema franqueza, que a pretensão da ajuda externa dos EUA, de modo geral, não seria uma dádiva para outros países, mas sim para cumprir interesses nacionais e particulares (Portillo, 1987), deixando clara a vinculação com os interesses de exportadores agrícolas.

No final dos anos 1950, o Senador Hubert H. Humphrey apresentou um relatório ao Committee on Agriculture and Forestry of the United States Senate, intitulado “*Food and Fiber as a Force For Freedom*”. O documento apontava que a PL480 era um passaporte para a entrada do comércio e das técnicas estadunidenses no mercado mundial e que também estava servindo como uma ferramenta de defesa do ‘mundo livre’, ao possibilitar, por exemplo, a conversão dos alimentos subvencionados em custeio para alojamento militar e equipamentos de defesa. No primeiro caso, servia como meio de promoção de interesses econômicos. No segundo acabava ganhando características de ajuda militar (Humphrey, 1958; Portillo, 1987; Burbach e Flynn, 1982; Ruttan, 1993).

O relatório do Senador Humphrey (1958) argumentava que a PL480 poderia ser usada de forma mais abrangente, servindo melhor a objetivos de política externa. Enfatizava que o Programa deveria ser caracterizado como uma demonstração da boa vontade norte-americana, uma força para estimular o comércio mutuamente benéfico, para suprir a necessidade dos ‘povos livres’ e servir como um impedimento para a guerra.

Em abril de 1959 Humphrey apresenta o projeto de lei intitulado Food For Peace Act, baseado em seu estudo. O projeto, que pedia uma revisão da PL480, gerou dissenso no Congresso, com a posição de dois grupos principais: os que estavam interessados,

⁵ Cabe lembrar também a aprovação do Agricultural Act of 1949, contendo a Seção 416, que passou a autorizar o secretário de Agricultura a doar excedentes agrícolas em perigo de deterioração para organizações voluntárias privadas inscritas no Advisory Committee (Ruttan, 1993).

principalmente, no escoamento de excedentes e os que queriam (liderados por Humphrey) transformar o Programa em uma grande ferramenta de política externa.

Apesar das divergências o projeto foi aprovado naquele ano. Nem todas as mudanças previstas no projeto foram atendidas. No entanto, como aponta Ruttan (1993), os esforços para reformar a PL480 no período de 1957 a 1959 contribuíram para um maior reconhecimento, por parte das instituições estatais envolvidas, de que a ajuda alimentar não poderia ser vista como um programa em curto prazo e que poderia ser extinta com o desaparecimento de excedentes agrícolas.

Na gestão do Presidente John F. Kennedy (1961 a 1963) a assistência alimentar ganharia um caráter maior de política externa. Para Kennedy, “*food is strength, and food is peace, and food is freedom, and food is a helping hand to people around the world whose good will and friendship we want*” (USAID, 2004). Para isso, o Democrata criou a U.S. Agency for International Development (USAID), que passaria a administrar de forma conjunta com o U.S Department of Agriculture (USDA) a assistência alimentar dos EUA. Em 1966, sob o Presidente Johnson, a PL480 passa a ser oficialmente chamada de *Food For Peace Program* (Programa Alimentos Para a Paz) e é reestruturada para atender mais objetivos humanitários e desenvolvimentistas, visando aumentar o *soft power* em meio à guerra por corações e mentes.

A ajuda alimentar da PL480 cresceu significativamente com a reestruturação. Já nos primeiros três anos de atuação, as exportações através do Programa subiram de 13% para 32% do valor total das exportações (Humphrey, 1958). Na década de 1960, atingiu mais de 18 milhões de toneladas por ano a um custo de US\$ 1,6 bilhões (Shaw, 2001).

O peso dos EUA no contexto da ajuda alimentar internacional daquele período era desproporcional: cerca de 90% de toda a ajuda alimentar que circulava pelo globo era produzida e fornecida pelos norte-americanos (Schubert, 1981). Isso refletia não só a gigantesca capacidade de produção agrícola, mas também a capacidade logística estadunidense. Como veremos, grupos de interesse desses dois setores – produção e logística – formam parte do triângulo de ferro que impedem mudanças legislativas.

Durante as duas primeiras décadas após a II Guerra Mundial houve pouca dificuldade em atender aos objetivos de escoamento de excedentes, assistência desenvolvimentista e humanitária e de política externa. Essa realidade começaria a mudar a partir da década de 1970, com a queda de excedentes acoplada à crise de alimentos e do petróleo. Tais crises externas desencadearam forças domésticas que fizeram com que a política agrícola norte-americana sofresse alterações drásticas, reverberando nos programas de ajuda alimentar (Rothschild, 1976; Ruttan, 1993).

Durante as décadas de 1950 e 1960, os EUA, como ator dominante do mercado agrícola internacional, também realizava o esforço de manter reservas de grãos com o intuito de estabilizar os preços internacionais. Os estoques administrados e mantidos pelo governo eram necessários frente ao problema da superprodução pelo qual passava o setor agrícola do país. As compras governamentais dos excedentes de produção (que preenchiam esses estoques) garantiam, principalmente, que os preços das commodities permanecessem a níveis competitivos e satisfatórios e não estivessem vulneráveis à volatilidade da oferta de alimentos no mercado internacional. A crise de alimentos de 1970, que elevou drasticamente os preços no mercado internacional, é justamente o declínio dessa ordem. Fatores exógenos tornaram os estoques norte-americanos difíceis de serem justificados domesticamente, pois o contexto propiciava uma excelente oportunidade de lucro por meio do comércio. Em outros termos, os interesses agrícolas que antes contavam com as compras governamentais para escoar sua produção, passaram a ter oportunidades melhores no mercado internacional. A queda dos estoques prejudicaria a ajuda alimentar internacional norte-americana, uma vez que os excedentes de alimentos eram a base desse tipo de auxílio. A partir de 1972 os EUA mantiveram uma reserva mínima de grãos e os preços internacionais começaram a flutuar de forma mais brusca (Rothschild, 1976).

Na verdade, desde 1969 o Presidente Richard M. Nixon buscava reduzir a interferência estatal no mercado agrícola, dentre outros motivos, porque isso gerava um ônus significativo ao orçamento. Seu sucessor, Gerald R. Ford, seguiu a mesma tendência. Criava-se o entendimento de que os programas do governo com relação à agricultura eram, de modo geral, caros e de poucos benefícios para os agricultores no que diz respeito à geração de renda. Nesta nova percepção, que conjugava altos preços internacionais com grandes custos econômicos

domésticos, diminuiu o ímpeto de fornecer ajuda alimentar internacional, o que se tornou mais um vetor na elevação dos preços dos anos 1970, atingindo os países mais pobres (Rothschild, 1976).

O dólar foi valorizado na década de 1960 e isso contribuiu para a redução da demanda externa por produtos norte-americanos, acirrando o desempenho decadente da balança comercial dos EUA. O problema da conta corrente era sistêmico, e isso reverberava na agricultura. Com a desvalorização do dólar em 1971, um movimento também sistêmico, juntamente com a queda das reservas de grãos, criou-se um estímulo à procura comercial pelos produtos agrícolas norte-americanos. Aliado a isso, o aumento da demanda soviética em 1972 fez as exportações aumentarem dramaticamente e os preços das commodities subirem de forma considerável. Com a alta dos preços e a indisponibilidade de commodities, a ajuda diminuiu drasticamente (Clapp, 2012; Rothschild, 1976; Ruttan, 1993).

Neste cenário preocupante de escassez alimentar, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)⁶ realizou a Conferência Mundial de Alimentos em 1974, marcando importante mudança no regime de ajuda alimentar internacional. Os países doadores passaram a considerar mais os aspectos do desenvolvimento e as necessidades dos países beneficiários do que os seus objetivos políticos e econômicos. Isso reverberou, inclusive, na ajuda dos EUA que, em meados de 1970, passou a focar mais na segurança alimentar e no desenvolvimento, afastando-se mais do objetivo de eliminar excedentes, até porque a demanda externa estava aquecida (Clapp, 2012; Hopkins, 2009). Do ponto de vista das forças políticas domésticas, a mudança na estrutura do mercado internacional alterou os incentivos para a ação dos interesses agrícolas estadunidenses. O estímulo que os levava a buscar resolver seus problemas de excesso de oferta por meio do Estado deixara de existir. Isso abriu espaço não só para reformas liberalizantes, mas também para que interesses humanitários influenciassem um pouco mais a política de ajuda alimentar.

Assim, durante os anos 1970 e 1980 foram aprovadas várias reformas. Em 1976, por exemplo, ficou estabelecido que 75% de toda a ajuda alimentar deveria ser destinada a países

⁶ A FAO é uma organização no âmbito da ONU criada em 1945. Foi a primeira organização internacional a se preocupar com a questão da segurança alimentar e com políticas de ajuda alimentar internacional. A ela está vinculado o PMA, principal instituição de ajuda alimentar do mundo.

com reais necessidades, apontados usando dados da ONU, e não alocados conforme propósitos geopolíticos (Diven, 2006). Em 1980 é criada a *Food Security Wheat Reserve* (chamada *Bill Emerson Humanitarian Trust* em 1998), que previa a reserva de commodities e dinheiro para complementar a ajuda alimentar oferecida pela PL480 (Hanrahan, 2013).

Os interesses econômicos não foram esquecidos, no entanto. Em 1985 é aprovado o *Food Security Act*, que permitiu, por meio da PL480, a venda de mercadorias para moedas estrangeiras não conversíveis. A moeda local arrecadada seria “*used to promote private sector agribusiness, particularly credit, input, and marketing organizations, in the recipient country*” (Ruttan, 1993: 45). Também no mesmo ano, por iniciativa da Casa Branca, foi aprovado o chamado *Food For Progress* (Alimentos Para o Progresso), novo canal para as doações da PL480 e da Seção 416 do *Agricultural Act of 1949*, que garantia ajuda aos países que se comprometessem implantar reformas liberalizantes em sua economia agrícola, principalmente no que tocava a preços, distribuição e participação do setor privado (Ruttan, 1993).

Nos anos 1990 e 2000, mais reformas foram elaboradas, dando maior ênfase às questões como segurança alimentar, nutrição e sobrevivência infantil. Isso fica claro com a atualização da PL480 na *Farm Bill de 1990* (*Food, Agriculture, Conservation, and Trade Act*) durante o governo do Presidente George H. W. Bush e a criação, em 2002, do *McGovern-Dole International Food for Education and Child Nutrition Program* (IFEP) (Alimentos para a Educação), autorizado pela *Farm Bill de 2002*, que provê doação de commodities agrícolas para fins de assistência técnica e financeira associada a programas de alimentação nas escolas dos países em desenvolvimento (Clapp, 2012).

Embora essas renovações tenham sido relevantes, novas tentativas de reformar a política de ajuda alimentar de maneira mais completa, com o intuito de torná-la mais efetiva e menos custosa foram realizadas. As reformas, entretanto, encontraram limites nos interesses que formam o chamado ‘triângulo de ferro’.

3. Buscando reformas e o triângulo de ferro

Apesar das reformas à política de auxílio alimentar, sua parte principal continua a ser criticada. Trata-se da ajuda fornecida com alimentos em espécie que, por lei, devem ser em sua maior parte produzidos, comprados, manuseados, preparados, estocados, transportados e distribuídos por empresas e ONG estadunidenses. É o que se chama de ‘doação vinculada’ ou ‘ajuda alimentar vinculada’ (Clay e Riley, 2005).

Na avaliação do USDA (2007), a legislação que estabelecia a compra de 100% das commodities em nível nacional, por meio do Título II do programa Alimentos para a Paz⁷, prejudicaria a capacidade dos EUA de salvar vidas e erradicar a fome. A conclusão do estudo do General Accountability Office (uma espécie de Controladoria Geral da União) sobre o desempenho dos programas estadunidenses vai na mesma direção. O estudo, intitulado “*Foreign Assistance: Various Challenges Impede the Efficiency and Effectiveness of U.S. Food Aid*”, informou ao Comitê de Agricultura do Senado sobre a ineficiência e inefetividade dos programas de assistência alimentar em meio ao debate de renovação da Farm Bill. O relatório esclarecia que “*multiple challenges hinder the efficiency of U.S. food aid programs by reducing the amount, timeliness, and quality of food provided*” (GAO, 2007, s./p.). Mais do que isso, reconhecia que “*the current practice of using food aid to generate cash for development projects — monetization — is an inherently inefficient use of resources*” (Ibidem). Dentre as falhas da ajuda alimentar, o documento apontava os custos logísticos e a demora em atender situações emergenciais, ocasionados pelas altas despesas com transportes e por problemas na manipulação dos alimentos. Além disso, com relação à monetização⁸, destacava que “*the time and expertise needed to market and sell food abroad requires NGOs to divert resources away from their core missions*”, reduzindo, assim, os recursos para a ajuda alimentar de fato (Ibidem).

⁷O Programa Alimentos para a Paz é dividido em quatro títulos principais (I, II, III e V), cada qual com objetivos específicos. O Título II, *Emergency and Private Assistance*, provê a doação de commodities agrícolas norte-americanas para responder a necessidades emergenciais ou não emergenciais nos países receptores. Suas atividades podem ser operacionalizadas por governos, cooperativas, ONG, entidades públicas ou privadas, e OI (principalmente o Programa Mundial de Alimentos) (Hanrahan, 2013; Murphy e McAfee, 2005).

⁸A monetização é uma política que foi adotada no âmbito dos programas norte-americanos no *Food Security Act* de 1985 e consiste numa prática bastante observável entre as chamadas ONG de distribuição de ajuda alimentar. Ela se dá pela venda de produtos importados nos países receptores para gerar moeda local, que poderá ser usada para os gastos com projetos de ajuda não relacionados a alimentos, assim como para custear a entrega de ajuda alimentar (Clapp, 2009; Clapp, 2012; Clay e Stokke, 2000; Simmons, 2009).

Uma das principais críticas que se faz às doações vinculadas em geral, e a dos EUA em particular, é que os trâmites fazem a ajuda demorar a chegar. No caso da ajuda alimentar dos EUA, estudos oficiais apuraram uma demora de quatro a seis meses em média para chegar aos destinatários. Essa demora seria evitada com alimentos comprados localmente ou em regiões próximas que, pela diminuição da distância, poderiam chegar aos alvos em dias ou semanas, se mostrando, portanto, uma prática não só mais eficiente logisticamente, mas também mais adequada a princípios humanitários (Natsios, apud Committee on Foreign Affairs, 2013; Engel apud Committee on Foreign Affairs, 2015).

As críticas internas e externas a esse modelo de ajuda alimentar encontraram ressonância nas presidências de George W. Bush e de Barack Obama e ambos presidentes buscaram reformar a ajuda alimentar (Simmons, 2007; Kripke, 2009; Clapp, 2012). No documento *President's Management Agenda de 2002*, Bush reivindicava reformas significativas, reconhecendo problemas ligados a falhas administrativas e burocráticas dos programas, além de gastos desnecessários e/ou demasiados. Com relação à burocracia e administração da ajuda alimentar, esclarecia que, uma vez que seis programas são geridos por dois órgãos – USDA e USAID – com procedimentos semelhantes, as doações acabavam, por vezes, sendo duplicadas. No que se refere às despesas, o relatório avaliava danos com transporte, rejeição de alimentos fora dos padrões alimentares dos países receptores e administração incorreta dos recursos doados. Admitia-se também que em alguns casos o auxílio alimentar poderia se mostrar danoso para os agricultores locais dos países beneficiados, pois constituíam dumping. Entre as mudanças propostas pelo relatório, estava o incentivo à doação em dinheiro e à compra de produtos agrícolas nos países recipiendários, visando diminuir gastos e aumentar a eficiência ao atender os necessitados (Executive Office of the President, 2002).

Os esforços da administração Bush para reformar a política de ajuda alimentar tiveram em Andrew S. Natsios, então chefe da USAID, uma importante voz, em defesa da racionalização da ajuda alimentar. Foi também responsável por advogar maior flexibilidade da USAID para o uso da compra local e regional de alimentos em situações emergenciais. Em 2003, recomendou a Bush que um quarto do orçamento da ajuda alimentar fosse destinado para compra a nível local e regional nos países recipiendários. Natsios sustentava que as graves falhas em termos de tempo e

de custo, e especificamente àquelas ligadas à monetização, poderiam ser superadas desvinculando a ajuda alimentar. Mas, por causa da intensa resistência doméstica à reforma, a administração entendeu que flexibilizar 25% da ajuda seria o máximo possível politicamente (Natsios, apud Committee on Foreigns Affairs, 2013).

Em 2006, após os preparativos necessários, Bush incluiu na proposta de orçamento um pedido para que 1/4 do orçamento da ajuda alimentar passasse a ser prestado sob a forma de dinheiro para compra de alimentos a nível local e regional. O Congresso, contudo, derrotou essa proposta seguidas vezes entre 2006 e 2009 (Clapp, 2012; Kripke, 2009).

Isso denota, por um lado, o interesse do Executivo em reformar a política de ajuda alimentar na direção recomendada tanto pelas Organizações Internacionais quanto pelos críticos domésticos. Mas, por outro lado, demonstra a resistência do Congresso e de setores da sociedade em aceitar modificações nos programas.

Em 2007, um esforço paralelo para reformular a ajuda alimentar começou a ser construído, tendo em vista a expiração da Farm Bill, legislação agrícola que é a autoridade primária sobre os programas de ajuda alimentar (Kripke, 2009). A administração Bush propôs mudanças para que incluíssem, principalmente, “*authorization to use up to 25 percent of the P.L. 480 Title II request to procure food from selected developing countries near the site of a crisis*” (USDA, 2007: 81). Contudo, mesmo com o impacto da grave crise alimentar internacional de 2007 e 2008, quando a ajuda estadunidense seria ainda mais necessária, a reforma pretendida pela administração não conseguiu se firmar no projeto de lei⁹.

Ainda por conta da crise, em maio de 2008 os EUA, exercendo o papel de maior doador de ajuda alimentar mundial, os EUA, por meio da administração Bush, pediram um pacote emergencial equivalente a US\$ 770 milhões com o principal intuito de manter a paridade de preços para os programas de ajuda alimentar norte-americanos. Em resposta ao pacote de emergência, o Congresso eleva o valor e aprova cerca de US\$ 1,8 bilhões para assistência

⁹ A crise alimentar de 2007-2008 foi considerada de alta gravidade, comparada à dos anos 1970. Para um exame histórico sobre o tema, ver MCMICHAEL, Philip. “The World Food Crisis in Historical Perspective”. *Monthly Review*. Vol. 61, nº 03, 2009.

internacional relacionada à crise de alimentos para os anos de 2008 e 2009¹⁰. Desse montante, cerca de US\$ 200 milhões foram reservados para uma nova iniciativa de segurança alimentar (Food Security Initiative) que forneceria suporte para atividades relacionadas à pesquisa e desenvolvimento da agricultura, sendo que US\$ 50 milhões desse total deveriam ser usados para compra local e regional. Levando-se em consideração, no entanto, as diversas fontes que previam a utilização de fundos para compra local e regional, o pacote emergencial disponibilizou cerca de US\$ 125 milhões para esse tipo de assistência alimentar. Esse montante, aprovado para ser usado em dois anos, é um significativo contraste com relação à renovação da Farm Bill em 2008, que concebeu apenas US\$ 60 milhões a serem gastos ao longo de cinco anos. (Kripke, 2009; Clapp, 2012).

Kripke (2009) esclarece que nenhum desses fatores representa uma mudança drástica no orçamento dos EUA, pois requerem menos de 10% do valor total da assistência alimentar. Clapp (2012) também aponta que a Farm Bill de 2008 aumentou a verba para ajuda alimentar fornecida através do Título II do programa Alimentos para a Paz, de US\$ 2 bilhões para US\$ 2,5 bilhões anualmente. O percentual de monetização permaneceu o mesmo (15%) e as regras de transportes não sofreram alteração. Contudo, as poucas mudanças sinalizam a possibilidade de reforma na direção pretendida pelos críticos (Clapp, 2012; Kripke, 2009).

A administração Obama também tentou modificar a ajuda pela via orçamentária. Para o Ano Fiscal de 2014 o Executivo incluiu uma proposta para que 1,4 bilhão do orçamento do Título II da PL480, administrado pela Farm Bill (e, portanto, sob significativa influência do USDA), passasse para as diversas contas controladas pelo USAID. A proposta também visava que até 45% do orçamento fosse gasto com compra de alimentos a nível local e regional nos países beneficiados (USAID, 2013; Clapp, 2013).

Reagindo contra as propostas de mudanças, 69 organizações enviaram carta ao Presidente em fevereiro de 2013 no intuito de incitá-lo a continuar apoiando o financiamento da PL480 no orçamento do Ano Fiscal de 2014. Essas organizações, quase em sua totalidade, fazem

¹⁰ Cabe salientar que esse fundo não possuía qualquer relação com a Farm Bill de 2008, aprovada no mesmo período.

parte do triângulo de ferro (Food First, 2013)¹¹. Segundo os grupos contrários à reformulação, a mudança prejudicaria a economia do país e dificultaria os esforços para combater a fome no mundo. Como reforço, em fevereiro do mesmo ano, 21 senadores enviaram carta a Obama pedindo para que o programa Alimentos para a Paz permanecesse da mesma forma. Segundo a carta, a PL480 gera benefícios econômicos, estimulando a produção agrícola e as indústrias de transporte (The New York Times, 2013; United States Senate, 2013). As reformas acabaram mais uma vez sendo rejeitadas pelo legislativo (Reuters, 2013).

4. A resistência do Triângulo de ferro: sinais de mudança?

Diversos pesquisadores, burocratas e legisladores apontam que a resistência à reforma da política de ajuda alimentar está ancorada numa coalização doméstica chamada de triângulo de ferro. Fazem parte dessa coalizão a) produtores e processadores agrícolas, b) empresas de transporte marítimo e c) ONG de distribuição, que por meio de sua influência sobre congressistas, conseguem restringir mudanças (Diven, 2006; Kripke, 2009; Clapp, 2009; Clapp, 2012; Natsios, apud Committee on Foreign Relations, 2013). Os argumentos e interesses dos atores dessa coalizão são vinculados à segurança nacional e à economia.

Com relação à segurança nacional, são dois os principais pontos sustentados pelos atores do triângulo de ferro. Em primeiro lugar, desvincular a ajuda retiraria do arsenal estadunidense uma importante ferramenta de *soft power*: sacas e latas contendo emblemas dos EUA. Para eles, alimentos marcados com símbolos estadunidenses e, mais do que isso, *made in USA*, seriam importantes demonstrações de apoio humanitário, o que seria importante para difundir um sentimento de simpatia em relação ao país ao redor do mundo. É o que afirma, por exemplo, o congressista democrata e ex-militar, Bred Sherman, da Califórnia:

“Finally, (...) our Indonesian experience demonstrated that where there is American food going to disaster victims—and everybody knows it is American

¹¹ São organizações como Adventist Development & Relief Agency International, America Cargo Transport Corporation, American Feed Industry Association, APL Limited, California Wheat Commission, United Methodist Committee on Relief, U.S. Meat Export Federation, US Rice Producers Association e USA Rice Federation.

food and it is grown in America, it has got an American flag on the bag—that we get a response that is helpful. Are we going to see a flag on a bag if the food inside isn't grown in America? And are we going to see those who carry out the food aid find it even more convenient to obscure the fact that they have anything to do with the United States because they are more popular with those they have to work with and more immune from terrorist attack if they say all of this stuff is coming from Europeans and Canadians?” (Apud Committee on Foreign Affairs, 2013: 29)

Na mesma linha, o deputado Adam Kinzinger (R – Illinois) sustenta que *“Speaking very honestly, food aid, the reason we do it is for national defense. It is for defense policy. That is how I see it. I see, you know, foreign aid is—there is compassionate reasons, of course, but it is all really in interest of furthering American goals”* (idem, p.32).

De fato, historicamente a ajuda alimentar americana foi vinculada a interesses de segurança e de política externa. Para os operadores da ajuda, contudo, em muitos casos ela tem sido contraproducente, tanto por chegar em tempo e forma inadequados, quanto por serem os próprios emblemas estadunidenses alvo de hostilidade. É por isso que Natsios e o ex-secretário de Agricultura de Bush, Dan Glickman (apud Committee on Foreign Affairs, 2013) sustentam que a ajuda em espécie não deve ser eliminada totalmente, mas complementada com compras locais e operações triangulares.

O segundo motivo de segurança nacional, desacreditado no contexto atual, mas que fazia sentido logo após a II Guerra Mundial, é que a ajuda vinculada à marinha mercante de bandeira estadunidense seria uma forma de manter ativos navios e tripulações nacionais que poderiam ser requisitados em caso de guerra. Nos anos 1940 e 1950 isso fazia sentido, já que a destruição da guerra havia diminuído a demanda internacional. Na atualidade, esse argumento escamotearia um interesse protecionista: garantir que o governo dos EUA continue a contratar o frete. De acordo com o Dr. Chistopher B. Barrett, importante estudioso da área, as frotas e cargas agrícolas dos EUA estão desatualizadas e não possuem utilidade militar. As tropas e navios mercantes deste tipo nunca foram mobilizados em mais de 60 anos da ajuda alimentar vinculada (Barrett apud Committee on Foreign Affairs, 2015).

Andrew Natsios e o deputado republicano da Califórnia, Edward Royce (apud Committee on Foreign Affairs, 2013), atribuem a esse grupo de interesse a parte mais forte do triângulo de ferro. Para Royce “*Today, the U.S. flag requirement simply serves the interests of a handful of companies. In fact, the Pentagon has determined that an easing of cargo preference requirements would have, in their view, no tangible effect upon U.S. maritime security*” (idem, p. 2). Natsios afirma que cerca de 50% dos gastos do Alimentos para Paz são com transporte, dos quais 17,65% oceânico, 7,46% terrestre e com 24,38% estoque e manuseio. Como são poucos os armadores de bandeira americana dedicados a esse ramo – o que significa também baixa concorrência e preços mais altos nas licitações – “*No other industry benefits more from current US food aid policy than the U.S. flagged shipping industry, which is why they are the strongest opponents to reform*” (Idem, p.8). Além disso, apesar de as bandeiras serem estadunidenses, os donos das empresas seriam, em sua maioria, estrangeiros (ibidem).

Outro grupo com interesse econômico na ajuda vinculada é o de ONG. A monetização é um procedimento pelo qual as ONG recebem alimentos da ajuda e vendem uma parcela deles a preços mais baixos nos países recipiendários para custear suas operações locais. Em defesa da prática da monetização, as ONG de distribuição, através da Alliance for Food Global Security, têm argumentado que ela traz mais benefícios que custos. Isso porque uma vez que uma parcela mínima da ajuda alimentar é monetizada, representando “*less than a quarter of one percent of world trade in equivalent agricultural commodities*”, ela seria incapaz de causar impacto sobre o comércio mundial. A prática também poderia servir como um reforço para o mercado local ao deixar mais renda disponível (Clapp, 2012: 85). Como apontam os críticos, porém, a prática pode ser considerada dumping, prejudicando a economia local, além de estar sujeita a desvios. Por isso, muitas ONG como a *Oxfam* e a *Cooperative for Assistance and Relief Everywhere* (CARE) defendem que o fim da monetização é necessário. Em 2007, a CARE – como muitas outras ONG vêm fazendo – decidiu parar com a prática da monetização e a defender a compra local dos produtos (The New York Times, 2013). Esse importante movimento vem desarticulando o triângulo de ferro. Um exemplo disso foi a carta¹² enviada ao presidente do Comitê de Agricultura Frank Dean Lucas (R – Oklahoma) e ao *ranking member* Collin Peterson (DFL –

¹² Entre as ONG estadunidenses que assinam estão: ActionAid USA, CARE USA, Catholic Relief Service, Lutheran World Relief, American Jewish World Service, Oxfam America, Save The Children e World Food Program USA.

Minnessota), defendendo reformas a partir da Farm Bill de 2014. O documento, de outubro de 2013, defendia, entre outros pontos, a redução da monetização (e maior transparência desta prática), a autorização para compra local e regional de alimentos e a melhoria da qualidade nutricional (Interaction, 2014a).

Por fim, grupos agrícolas defendem que as compras governamentais para a ajuda alimentar são importantes para as economias rurais de algumas regiões nos EUA. O documentário *The price of aid*, de Jihan El-Tahri, demonstra como algumas cidades do interior dos EUA têm partes de suas economias atreladas as operações de ajuda alimentar, bem como o trabalho de lobistas e congressistas tentando defendê-los. É nesse sentido que senadores como Debbie Stabenow (D – Michigan) e Mark Pryor (D – Arkansas), dos comitês de Agricultura e de Orçamento, se posicionaram em carta à Obama contrários à reforma demandada pela administração: “*This program has been instrumental in linking rural America and the U.S. agriculture and transportation industries to communities in the developing world while building greater awareness and support at home for the needs of the poor, hungry and disenfranchised around the world*”, e diminuí-los num período de crise econômica poderia prejudicar a economia dos EUA (Plumer, 2013).

O congressista Eliot Engel (D – New York), no entanto, argumenta que a política de ajuda alimentar vinculada a excedentes agrícolas norte-americanos não faz mais sentido nos dias atuais. Segundo o mesmo, na década de 1950, quando o governo tinha em mãos um grande superávit de alimentos, acoplar a ajuda alimentar aos excedentes era uma maneira inteligente e eficiente de enviar ajuda aos necessitados e evitar o desperdício desnecessário (Engel apud Committee on Foreign Affairs, 2015). O especialista Christopher Barrett também afirma que não existem provas concretas de que a ajuda alimentar vinculada beneficia a agricultura norte-americana (Barrett apud Committee on Foreign Affairs, 2015).

Mais do que isso, o contexto de escassez internacional e de altos preços, sobretudo na crise de 2007-2008, é favorável às exportações comerciais, enfraquecendo o argumento da relevância das compras estatais. Ademais, como informam os congressistas Edward Royce e Karen Bass (D - Califórnia), “*With food aid currently comprising just 0.86% of total U.S.*

agricultural exports and 0.56% of net farm income, the impact of this shift will be negligible” (Plumer, 2013).

Do ponto de vista argumentativo, os grupos contrários à reforma parecem ter cada vez menos força. O processo legislativo e a conexão eleitoral, contudo, costumam enviesar o resultado na direção do protecionismo e da manutenção do status quo (Lima, 2008; 2009). Grupos lobistas como a *Alliance of Global Security, Agricultural Food Aid Coalition, USA Maritime Coalition e Ad Hoc Coalition in Support of Sustained Funding of U.S. Food Aid*, trabalham para manter os altos níveis de financiamento dos programas dos quais fazem parte e até 2013 tiveram sucesso em defender seus interesses.

5. Considerações finais: mudando a mentalidade aos 60?

Ao chegar aos 60 anos, sinais mais fortes de modificação na ajuda alimentar dos EUA se apresentaram. Além da frente orçamentária, a administração Obama também se moveu nas negociações relativas à renovação da Farm Bill, expirada em 2013. Novamente salientou-se que a compra local e regional traria mais eficiência (economizando de US\$ 125-185 milhões por ano) e atenderia a mais pessoas (de 2-4 milhões de pessoas) (Clapp, 2013; USAID, 2013).

Em janeiro de 2014, o Congresso aprovou a Farm Bill para os próximos cinco anos, com mudanças importantes. Enquanto a Farm Bill de 2008 criou o LRPP como um programa piloto com orçamento de US\$ 60 milhões para os cinco anos de vigência, a nova legislação concedeu caráter permanente ao programa e aumentou a verba para US\$ 80 milhões anuais. A nova legislação também aumentou os fundos destinados aos gastos com programas de desenvolvimento, desincentivando a prática ineficaz da monetização. Cabe salientar também que a nova Farm Bill passou a exigir relatórios por parte da USAID sobre os custos de implementação dos programas, bem como de transporte, armazenamento e movimentação de mercadorias e monetização; pretendendo, com isso, ter uma visão sobre a eficácia da ajuda alimentar nos países receptores. A nova lei também autorizou o uso de US\$ 15 milhões por ano para gerenciar instalações preposicionadas de ajuda alimentar no exterior, para diminuir o tempo de resposta às calamidades nos países beneficiários (Interaction, 2014b).

Esse novo cenário da ajuda alimentar está mais alinhado ao que é defendido pela comunidade epistêmica especializada, por legisladores a favor das reformas e por importantes doadores como a Austrália, o Canadá e a União Europeia. A relutância do triângulo de ferro, contudo, ainda é latente no que diz respeito às mudanças mais profundas que poderiam ser tomadas. O que possibilitou as novas mudanças? Ao que tudo indica, tanto a derrota no campo dos argumentos, mas principalmente a mudança de posição de atores do triângulo de ferro, sobretudo das ONG, têm enfraquecido a coalizão e aberto espaço para alternativas. A crise orçamentária e a alta demanda por commodities parecem contribuir nesse sentido. Uma pesquisa específica sobre isso demandaria, entretanto, um novo texto.

Como buscamos demonstrar ao longo do artigo, desde os primórdios a ajuda alimentar dos EUA tem servido como uma ferramenta para atender interesses mais diversos do que os humanitários. Ao longo do tempo, vincularam-se com objetivos econômicos e de política externa. No cenário atual grupos mais resistentes formam o chamado triângulo de ferro, e possuem considerável poder de influência sobre congressistas capazes de barrar uma desvinculação maior da ajuda alimentar.

Embora as críticas à ajuda alimentar dos EUA tenham se formado desde os primeiros anos da criação da PL480, as tentativas para uma reformulação nunca ganharam força como a partir dos anos 2000. Os governos Bush e Obama tentaram promover reformas não muito profundas, mas o sucesso foi limitado. Ambos buscaram efetivar as mudanças fundamentando-as na redução dos gastos orçamentários e de melhor eficácia humanitária dos programas de ajuda alimentar.

A Farm Bill de 2014 parece ter sido um passo maior dos que os anteriores. Isso poderia ser atribuído a uma relativa queda no interesse dos grupos lobistas (Clapp, 2014). Adicionalmente, a crise alimentar de 2008 aumentou a demanda por ajuda alimentar e, com isso, a necessidade de uma ação mais eficaz dos principais países doadores no que diz respeito à mitigação das necessidades alimentares no mundo. Tais transformações, contudo, não anularam o triângulo de ferro.

O que ficou perceptível é que, levando-se em consideração a demanda por alimentos no mundo, principalmente num contexto de crise mundial, os EUA, como principal ator no regime

de ajuda alimentar internacional, precisa encabeçar mudanças mais efetivas que a tornem mais eficiente. Isso significa promover uma desvinculação da ajuda com relação aos serviços e produtos alimentares norte-americanos e adotar políticas semelhantes às de demais importantes doadores como União Europeia, Canadá e Austrália, a fim aumentar a eficácia do combate à fome no mundo e a promoção da segurança alimentar.

A questão toca em um problema de pesquisa tradicional que vincula as políticas agrícola e externa dos EUA: a da capacidade de pequenos grupos de interesse conseguirem capturar partes do Estado e impedir mudanças de rumos preconizadas por atores maiores e pela própria Presidência afetando, inclusive, a capacidade de executar a política externa conforme pretendido pelo Executivo.

REFERÊNCIAS

BURBACH, Roger; FLYNN, Patrícia (1982). *Agroindústria nas Américas*. Rio de Janeiro, Zahar.

CLAPP, Jenifer (2009). *Corporate Power in Global Agrifood Governance*. London, The MIT Press.

_____ (2012) *Hunger in the Balance: the new politics of international food aid*. London, Cornell University Press.

_____ (2013). *The US Food Aid Debate: Major Reform on the Horizon?* Disponível em: <<http://triplecrisis.com/the-us-food-aid-debate-major-reform-on-the-horizon/>>. Acessado em: 12/11/2013.

_____ (2014). *Turning the Tied? 2014 Farm Bill and The Future of U.S. Food Aid*. Disponível em: <<http://triplecrisis.com/turning-the-tied-2014-farm-bill-and-the-future-of-u-s-food-aid/>>. Acessado em: 03/01/2014.

CLAY, Edward; STOKKE, Olav (2000). The Changing Role of Food Aid and Finance for Food. In: STOKKE, Olav (Org.) *Food Aid an Human Security*. CLAY, Edward; . Londres, Frank Cass, pp. 13-54.

CLAY, Edward; RILEY (2005). *The Development Effectiveness of Food Aid: Does Tying Matter?* Organization for Economic Cooperation and Development (OECD). Disponível em: <www.odi.org.uk/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/3043.pdf>. Acessado em: 08/06/2014.

COMMITTEE ON FOREIGN AFFAIRS. *Modernizing U.S. international food aid: reaching more for less*. Hearing. Serial number 113-61. 12 de junho de 2013. U.S. Government Printing Office: Washington, D.C. 2013.

COMMITTEE ON FOREIGN AFFAIRS. *Reforming Food Aid: Desperate Need to Do Better*. Hearing. Serial number 114-108. 07 de outubro de 2015. U.S. Government Printing Office: Washington, D.C. 2015.

DIVEN, Polly (2006). A coincidence of interests: The hyperpluralism of U.S. food aid policy. *Foreign Policy Analysis*, vol. 2, pp. 361-384.

EXECUTIVE OFFICE OF THE PRESIDENT (2002). *President's Management Agenda. Executive Office of the President*, Office of Management and Budget. Disponível em: < <http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/omb/budget/fy2002/mgmt.pdf> >. Acessado em: 03/03/2014.

FOOD FIRST (2013). *The US Food Aid Industry: Food for Peace or Food for Profit?* Disponível em: < <http://www.foodfirst.org/en/US+food+aid+industry> >. Acessado em: 03/03/2014.

FRIEDMANN, Harriet (1982). The Political Economy of Food: The Rise and Fall of the Postwar International Food Order. *American Journal of Sociology*, Vol. 88. pp. 248-286.

GAO (General Accountability Office) (2007). *Foreign Assistance: Various Challenges Impede the Efficiency and Effectiveness of U.S. Food Aid*. Report to the Committee on Agriculture, Nutrition, and Forestry, U.S. Senate. Disponível em: < <http://www.gao.gov/new.items/d07560.pdf> > Acessado em: 03/03/2014.

FAO (Food and Agriculture Organization of United Nations). (2015). The State of Food Insecurity in the World: Meeting the 2015 international hunger targets: taking stock of uneven progress. Disponível em: < <http://www.fao.org/3/a-i4646e.pdf> >. Acessado em: 15/03/2016.

FRIEDMANN, Harriet e McMICHAEL, Philip. (1989) "Agriculture and the state system. The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present". *Sociologia Ruralis*, 29(2).

GEORGE, Susan (1978). *O Mercado da Fome: as verdadeiras razões da fome no mundo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

HANRAHAN, Charles E, (2013). *International Food Aid Programs: Background and Issues. Congressional Research Service*. Federation of American Scientists. Disponível em: < <https://www.fas.org/sgp/crs/misc/R41072.pdf> >. Acessado em: 11/11/2013.

HOPKINS, Raymond F (1984). The Evolution of Food Aid: Towards a development first regime. *Food Policy*, 9(4), pp. 345-362.

_____ (2009). Responding to the 2008 "Food Crisis": Lessons from the Evolution of the Food Aid Regime. CLAPP, Jenifer; COHEN, Marc J. (Org.). *The Global Food Crisis*. Waterloo: Wilfrid Laurier University Press, pp. 79-93.

HUMPHREY, Hubert H (1958). *Food and Fiber as a Force for Freedom. Report to the Committee on Agriculture and Forestry*. Washington, US Government Printing Office.

INTERACTION (2014a). *U.S. NGO Letter To House In Support Of Food Aid Reform*. In Farm Bill Conference. Disponível em: < <http://www.interaction.org/document/us-ngo-letter-house-support-food-aid-reform-farm-bill-conference> >. Acessado em: 14/06/2014.

INTERACTION (2014b). *InterAction 2014 Farm Bill Update*. Disponível em:< <http://www.interaction.org/document/interaction-2014-farm-bill-update>>. Acessado em: 05/06/2014.

KRIPKE, Gawain (2009). The Uses of Crisis: Progress on Implementing U.S. Local/Regional Procurement of Food Aid. In: CLAPP, Jenifer; COHEN, Marc J. (Org.). *The Global Food Crisis*. Waterloo, Wilfrid Laurier University Press.

LIMA, Thiago (2008). *Desafios internacionais à política agrícola norte-americana: O contencioso do algodão entre Brasil e EUA e o CAFTA-DR*. 2008. 141 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas. UNESP-UNICAMP-PUC, São Paulo.

LIMA, Thiago (2009). “A política comercial da administração Bush: o CAFTA-DR e a resistência interior”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 52(1) p. 167-184.

MURPHY, Sophia; MCAFEE, Kathy (2005). *U.S. Food Aid: Time to Get It Right*. Institute for Agriculture and Trade Policy. Disponível em: < http://www.iatp.org/files/451_2_73512.pdf>. Acessado em: 03/03/2014.

PLUMER, Brad. Food aid reform running into trouble in Congress. *The Washington Post*, 17 de maio de 2013. Disponível em <http://www.washingtonpost.com/blogs/wonkblog/wp/2013/05/17/obamas-plan-to-overhaul-food-aid-is-running-into-trouble-in-congress/>. Acesso em 22/05/2014.

PORTILLO, Luis (1987). *¿Alimentos para la Paz? La “ayuda” de Estados Unidos*. Madrid, Iepala Editorial.

REUTERS (2013). *House panel echoes Senate, rejects Obama’s food aid reform*. Disponível em:< <http://www.reuters.com/article/2013/06/05/us-usa-agriculture-foodaid-idUSBRE95416620130605>>. Acessado em: 08/06/2014.

ROTHSCHILD, Emma (1976). Food Politics. *Foreign Affairs*, 54(2), pp. 285-307.

RUTTAN, Vernon W (1993). The Politics of U.S. Food Aid Policy: A Historical Review. Em: RUTTAN, Vernon W. (Org.) *Why Food Aid?* Baltimore: Johns Hopkins University Press, pp. 2-38.

SCHUBERT, James N (1981). The Impact of Food Aid on World Malnutrition. *International Organization*, 35(2), pp. 329-354.

SHAW, D (2001). *The UN World Food Programme and the Development of Food Aid*. Nova York, Palgrave Macmillan.

SIMMONS, Emmy (2007). *Reconsidering Food Aid: The Dialogue Continues. Partnership to Cut Hunger and Poverty in Africa*. Disponível em:< <http://www.partnership-africa.org/sites/default/files/ReconsideringFoodAidfinalfeb12.pdf>>. Acessado em: 12/11/2013.

_____ (2009). *Monetization of Food Aid: Reconsidering U.S. Policy and Practice*. Washington, DC: Partnership to Cut Hunger and Poverty in Africa. Disponível em:< <http://www.partnership-africa.org/sites/default/files/Monetization%20of%20Food%20Aid-Reconsidering%20US%20Policy%20and%20Practice%20-%20Full%20Report.pdf>>. Acessado em: 12/11/2013.

THE NEW YORK TIMES (2013). *Obama Administration Seeks to Overhaul International Food Aid*. Disponível em: < <http://www.nytimes.com/2013/04/05/us/politics/white-house-seeks-to-change-international-food-aid.html?pagewanted=2&r=3&smid=fb-share&> >. Acessado em: 12/11/2013.

UNITED STATES SENATE. [Carta] 20 de fevereiro de 2013, Washington, DC. [Para] OBAMA, Barack., Washington, DC. 3f. Sobre a manutenção do programa Alimentos para a Paz. Disponível em: < [http://www.acdivoca.org/site/Lookup/Food-for-Peace-FY14-Budget-Letter-2-20-13/\\$file/Food-for-Peace-FY14-Budget-Letter-2-20-13.pdf](http://www.acdivoca.org/site/Lookup/Food-for-Peace-FY14-Budget-Letter-2-20-13/$file/Food-for-Peace-FY14-Budget-Letter-2-20-13.pdf) >. Acessado em: 08/06/2014.

USAID (United States Agency for International Development) (2004). *Celebrating Food For Peace (1954-2004): Bringing Hope to the Hungry*. Disponível em: < http://foodaid.org/news/wp-content/uploads/2011/01/FFP_50thAv_Brochure.pdf >. Acessado em: 11/03/2014.

_____ (2013). *The Future of Food Assistance: U.S. Food Aid Reform*. Disponível em: < http://www.usaid.gov/sites/default/files/documents/1869/USAIDFoodAidReform_FactSheet.pdf >. Acessado em: 03/03/2014.

_____ (2014). *Food Aid Reform*. Disponível em: < <http://www.usaid.gov/foodaidreform> >. Acessado em: 03/03/2014.

USDA (United States Department of Agriculture) (2007). *Farm Bill Proposals*. Disponível em: < <http://www.usda.gov/documents/07finalfbp.pdf> >. Acessado em: 05/05/2016.

WFP (World Food Programme) (2014). *The World Food Programme in 2014: Facts and Figures*. Disponível em: < <http://documents.wfp.org/stellent/groups/public/documents/communications/wfp274971.pdf> >. Acessado em: 06/05/2016.